



**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de
Leiria dos Maiores de 23 Anos - 2009**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
de HISTÓRIA**

Instruções gerais

1. A prova é constituída por 6 grupos de questões, devendo ser respondidas apenas 4, à escolha do candidato.
2. A duração da prova é de 2 horas, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
3. Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efectuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
4. Não utilize qualquer tipo de corrector. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
5. Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza electrónica (telemóvel, pda, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados);
6. Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte).

Leiria, 6 de Junho de 2009

Grupo 1

«Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, rei ilustre dos Portugueses e aos seus herdeiros. Para perpétua memória. Está demonstrado com provas manifestas que, através de esforços bélicos e aguerridas pelejas, tens sido um intrépido extirpador dos inimigos do nome cristão e um diligente propagador da fé cristã; e, como bom filho e príncipe católico, tens também tido variadas atenções de benevolência para com tua mãe a santa Igreja, deixando aos vindouros um nome digno de louvor e um exemplo a imitar. Mas é de justiça que também a Sé apostólica ame com sincero afecto aqueles que por disposição celeste foram lá do alto escolhidos para governo e salvação do povo, procurando eficazmente aceder às suas legítimas instâncias. Por isso Nós, reconhecendo a tua pessoa dotada de prudência e equidade, e portanto idónea para governar, te recebemos e ao reino de Portugal sob a protecção de S. Pedro e Nossa, com todas as honras e dignidades próprias dos reis, concedendo-te, por virtude da autoridade apostólica, e confirmando-te na posse de todos os lugares que com o auxílio da divina graça conseguires arrancar das mãos dos Sarracenos, sem que os príncipes cristãos teus vizinhos possam alegar sobre eles quaisquer pretensões. E para que a tua devoção e obediência a S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos, e à santa Igreja Romana cresçam cada vez mais, quanto te concedemos a ti pessoalmente isso mesmo concedemos também aos teus herdeiros, tomando como um dever do Nosso munus apostólico defendê-los, com a ajuda de Deus, em tudo o que fica concedido. Por tua vez, filho caríssimo, terás o cuidado de te conservar submisso e devotado à santa Igreja Romana, exercitando-te, conforme as circunstâncias o permitirem, na dilatação dos confins da fé cristã, de modo que a Sé Apostólica se alegre por tão devoto e glorioso filho e descanse no teu amor. Como prova de que o predito reino pertence por direito a S. Pedro, tu mesmo, para maior demonstração de reverência, estabeleceste dar-Nos todos os anos, a Nós e aos Nossos sucessores, dois marcos de ouro; o qual censo, para Nossa utilidade e dos nossos sucessores, tu e os teus herdeiros depositareis todos os anos nas mãos do Arcebispo de Braga, que então estiver à frente daquela Sé.» [Da bula *Manifestis Probatum*] In A. H. de Oliveira Marques – *História de Portugal*, vol. I, 12.^a ed., Palas Editores, Lisboa, 1985, p.80]

1.1. Explique, fundamentadamente, a importância do documento acima transcrito para a independência de Portugal, considerando o contexto que o antecedeu e as condições nele presentes. (5 valores)

Grupo 2

“... não se pode esquecer que o sistema concelhio permite aos mesteirais, mercadores e proprietários rurais exercerem um papel próprio no desenvolvimento da economia de produção e consumo, o que constitui o principal factor de desagregação do regime senhorial, favorece o progresso precoce da centralização régia, que prenuncia o Estado moderno, e faz dos concelhos uma espécie de elemento de ligação entre o regime colectivo pré-feudal e a modernidade pós-medieval”. [José Mattoso – “Os Concelhos”, in *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992, p. 219.]

2.1. Analise as afirmações de José Mattoso, atendendo ao papel desempenhado pelos concelhos no período considerado. (5 valores)

Grupo 3

“A liberdade aliada ao progresso são dois conceitos emblemáticos do séc. XIX que desencadearam uma forte e longa controvérsia no seio da Igreja, pouco preparada para dialogar com as realidades novas que despontavam constantemente na sociedade de então. Por outro lado, a Igreja Católica, acostumada que estava ser a grande definidora da conduta dos homens e das sociedades, sentiu-se lesada com a reivindicação destes valores novos, considerados, por muitos, como perigosos para a secular tradição cristã e para a sobrevivência da própria instituição eclesial. Daí que a reacção oficial à então chamada *civilização moderna* fosse altamente condenatória e anatematizante. “ [José Eduardo Franco, “D. António da Costa, fundador do Ministério da Educação: Leiria no seu percurso pedagógico, político e literário”. In *Actas do IV Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região*, 2005, pp.11-127.]

3.1. Parta do texto para reflectir sobre a forma como, na segunda metade do século XIX, o nosso país integrou a liberdade político-ideológica nos valores que o conduziam para a modernidade. (5 Valores)

Grupo 4

“No século XIX a tecnologia assume-se como um elemento fundamental do desenvolvimento económico do país. A este facto não é estranho o contacto que os exilados políticos das primeiras décadas tiveram com a situação registada em países como a França ou a Inglaterra [.....] Com a revolução liberal de 1820 assiste-se ao retorno de vários liberais que procuraram pôr em prática as ideias que tinham defendido através da imprensa de emigração. Neste contexto se cria, em 1822, a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, que integrou um elevado número de sócios, entre os quais vários industriais e grandes proprietários agrícolas, e que procurou ser um espaço de aproximação dos vários grupos sociais, no qual se conjugariam “ as luzes do sábio, a prática do artista (industrial), os conhecimentos do agricultor, e do negociante, e em geral o concurso unânime de todos os cidadãos zelosos”. [Pedro Lains *et al*, *História Económica de Portugal. 1700-2000*, vol II, ICS, 2005, p.190.]

4.1. Comente o texto, lembrando:

a) O contexto sócio-económico a que se reporta a informação lida; (2,5 valores)

b) A importância dos modelos escolhidos para nortear as decisões tomadas sobre a economia liberal portuguesa. (2,5 valores)

Grupo 5

“De facto, a situação mundial tornou-se razoavelmente estável pouco depois da Guerra, e assim permaneceu até meados dos anos 1970, altura em que o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e económica. Até então, as duas superpotências aceitavam divisão desigual do mundo, faziam tudo para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre as suas Forças Armadas que pudesse levar a uma

guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo”. [Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos*, Lisboa, Presença. 1996.p. 227-228]

5.1. Situe e identifique historicamente os conceitos de Guerra Fria e Coexistência Pacífica. Exemplifique situações de crise política e militar que foram resolvidas no quadro da Guerra Fria. (3 valores)

5.2. Em que circunstâncias a Guerra Fria terminou? Como caracteriza a situação internacional pós-Guerra Fria? (2 valores)

Grupo 6

“[A Constituição de 1976] presidiu à instauração de um regime político democrático, baseado no sufrágio universal, nas eleições livres, na competição partidária, na responsabilidade dos titulares do poder, numa forma de governo mista (compreendendo a existência de um Presidente da República directamente eleito), na existência de um poder local autónomo e de regiões autónomas dotadas de órgãos de governo próprios.” [António Reis, *Portugal Contemporâneo*, Alfa, 1992. vol VI, p. 83.]

6.1. Caracterize a opção constitucional portuguesa de 1976 (2 valores)

6.2. A aprovação da Constituição de 1976 culmina um longo período revolucionário marcado pelas tensões entre militares e partidos políticos. Identifique os aspectos mais críticos dessas relações entre Abril de 1974 e Abril de 1976. (3 valores)

FIM